



INSEGURANÇA JURÍDICA DO AGRONEGÓCIO E DIREITO DE PROPRIEDADE

Professor(a) Orientador(a): Ana Célia Júlio

Bruno Henrique Ferreira de Souza, Cesar Roberto Amaral, Giovana Orlando, Hudson de Souza Costa, Robert Molina, Wanderson Silva Reis

INTRODUÇÃO

A algum tempo presenciado uma busca no protagonismo por parte do Supremo Tribunal Federal, isso tem chamado a atenção dos brasileiros. Apesar de o congresso estarem tentando resgatar a função que lhes cabe, de legislar, por serem os representantes das ideias da população, mesmo assim possui uma grande dificuldade em de fato legislar e formar equilíbrio entre os poderes.

Enquanto isso não acontece plenamente, o STF, tem aparecido no caminho do agronegócio, com poderes de governar e abraçar vários temas, que passam desde construção de ferrovias do Brasil, proibição de pulverização de áreas com defensivos agrícolas, marco temporal das terras indígenas e direito de propriedade, dentre outros.

OBJETIVOS

Objetivo do trabalho foi trazer ao público, que as decisões de controles concentrado que vem sendo decididos pela STF estão trazendo uma enorme insegurança jurídica para o setor do Agro negócio. Vimos que as decisões onde tornou o marco temporal inconstitucional, trouxe mais incertezas e medo para o campo, pois famílias que adquiriram suas propriedades a mais de 50 Anos de forma legal estão sendo obrigados a deixar suas propriedades sem nenhuma indenização, também foi apresentada outra decisão que aborda sobre a lei de reforma agrária que também alterou o entendimento onde não mais apenas a terra estar produzindo garante o direito de propriedade, mais a mesma tem obrigação de atender também os fins sociais, o que também gera incertezas pois não existe ainda um regulamento de quais critérios seria efetivamente usados para que deixassem de atender esse requisito. As últimas decisões trouxeram ainda mais insegurança jurídica e também insegurança para o campo, pois se não forem discutidas medidas urgentes para minimizar os efeitos das decisões, com certeza agora conflitos como já ocorreram em outras oportunidades entre fazendeiros e índios e também fazendeiros e invasores..

DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

Com a finalidade de alcançar o maior número de pessoas foi criado um vídeo intuitivo relatando o assunto de compreensão fácil. O vídeo relata o assunto citando Leis e fornecendo exemplos de causas reais.

O vídeo foi compartilhado pela rede Social Instagram por alunos e professor diariamente.

Código QR para acesso do vídeo no Instagram da UNIFAMA



RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho apresentou uma análise de entender as questões legais que afetam esse setor, identificando a falta de segurança jurídica pode impactar os direitos de propriedade dos agricultores. O trabalho pode explorar casos práticos, legislação vigente e propostas de melhorias para mitigar esses desafios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar as lacunas na legislação, conflitos de normas, burocracia e a necessidade de reformas para promover um ambiente mais estável. Também é relevante discutir propostas para fortalecer a segurança jurídica no setor, visando proteger efetivamente os direitos de propriedade e impulsionar o desenvolvimento sustentável do agronegócio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Revista Senado, de 28 de Outubro de 2020 disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496577/000952682.pdf>

Poder 360 feita por Tatiana Goes, em de 13 de setembro de 2023. Onde trás exemplos atuais, na sociedade brasileira. Disponível em; <https://www.poder360.com.br/opiniaao/a-inseguranca-juridica-e-a-principal-praga-do-agro-no-pais/>

Página Consultor Jurídico, realizado pelo Dr. José Higídio em 04 de Setembro de 2023, diz respeito possibilidade de desapropriação de terras produtivas. Disponível em; <https://www.conjur.com.br/2023-set-04/stf-confirma-haver-desapropriacao-terras-produtivas/>